

Dauster quer FMI como aliado

Rio — O Fundo Monetário Internacional, que nos últimos 15 anos foi para os brasileiros sinônimo de recessão, desemprego e miséria, será acionado agora pelo governo Collor como um aliado nas negociações com os banqueiros estrangeiros para uma solução amigável para a dívida externa. Na avaliação do novo embaixador para Assuntos da Dívida, agora designado oficialmente pelo presidente Collor de Mello, Jório Dauster Magalhães e Silva, a imagem do FMI foi deformada nos últimos anos e agora é propósito do Governo brasileiro recuperá-la na sua origem, de organismo internacional criado no pós-guerra e com a responsabilidade de zelar pelas políticas externas dos países-membros. “Sem complexo de inferioridade nem preconceito ideológico”, completa Dauster.

É isso que a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, dirá no próximo dia 5, em Washington, durante reunião do Comitê Interino do FMI. E foi também porque deseja o apoio do FMI, mas sem sua interferência na formulação da política econômica interna, que Zélia rejeitou até agora a vinda de seus técnicos ao Brasil. “Já ouvi falar muita coisa do Plano Collor, menos que ele tivesse sofrido influência do FMI”, lembra Jório Dauster.

PROPOSTA

O diplomata brasileiro trabalha, no momento, na formulação de uma proposta de negociação da dívida, que será submetida ao Congresso e só depois levada para discussão com o FMI, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Clube de Paris e banqueiros estrangeiros. Está certo que essa proposta conterá, como parâmetros genéricos, a redução do estoque (principal) e das taxas de juros e também que o Brasil não mais aceitará im-

posições para criar um saldo comercial só para pagar o serviço da dívida. Segundo Dauster, ainda não está definida a quantia que o País pretende remeter este ano e os 5 milhões de dólares já mencionados pela ministra Zélia são apenas um indicativo. “Uma coisa é certa: esses recursos terão de submeter-se aos interesses do ajuste interno. Não vamos mais emitir dinheiro, estourar liquidez e aumentar inflação só para pagar os banqueiros”, sentencia Dauster.

A negociação da dívida externa será conduzida por uma câmara setorial criada especialmente para esta missão, com a participação dos ministérios da Economia e das Relações Exteriores. O primeiro princípio da negociação é subordiná-la ao plano de ajuste interno da economia: serão respeitadas as metas de combate à inflação e de controle da liquidez, pois o Governo não quer voltar ao passado quando “uma negociação dolorosa era destruída no dia seguinte e as autoridades ganhavam uma imagem de irresponsáveis e inadimplentes”, segundo Dauster.

Na primeira reunião com o FMI, os representantes brasileiros não vão dizer quanto pagarão neste ano, buscando apenas a compreensão e o apoio do Fundo. Depois, o Governo procurará reverter a situação junto ao Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, deixando de pagar mais do que recebe como ocorre atualmente. Será dito aos credores que o Brasil precisa voltar a crescer para ter condições de continuar pagando sua dívida. Não se pretende seguir os modelos de negociação do México ou do Plano Brady, nem pedir perdão da dívida, “porque quem pede perdão está admitindo sua culpa”, nos dizeres de Dauster. A ideia básica é mostrar que se o Brasil pagar mais do que puder, estará condenando à morte o Plano Collor.